

Sara Fernandes (*)
(saramatosfernandes@gmail.com)

Susana Novais dos Santos (**)
(susana@fe.lisboa.ucp.pt)

Alexandre Castro-Caldas (***)
(acastrocaldas@ics.lisboa.ucp.pt)

Potenciação neurológica: um desafio à ética e à identidade pessoal

V Encontro Luso-Brasileiro de Bioética
Universidade Católica Portuguesa

(*) Institutos de Ciências da Saúde e de Bioética da Universidade Católica Portuguesa
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e a Tecnologia

(**) Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa.
Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa.

(***) Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa

Renasço outro.
Inteiro, meu corpo existe
*nos limites que a alma descobrira.*¹

Quando Dédalo criou umas asas de cera, para si e para o seu filho, Ícaro, com o intuito de se libertarem do labirinto de Creta, conhecia as potencialidades e os limites do seu engenho. A sobrevivência só seria possível, se ambos voassem moderadamente. Aconselhou Ícaro: *não voes demasiadamente alto, pois o sol pode derreter as tuas asas, mas se voas demasiadamente baixo, a humidade pode petrificá-las*. Depois de se lançarem no ar, Ícaro começa por seguir o seu pai, mas o entusiasmo e o excesso de confiança rapidamente se apoderam de si, fazendo-o voar cada vez mais alto, até desaparecer de vista. Mais tarde, Dédalo procura Ícaro e reconhece as suas asas na água. O lamento pela sua morte, fê-lo chamar a esse local, Icária.²

O apelo ao equilíbrio e ao meio-termo, expressão da justa medida e da boa decisão no pensamento ético grego, é uma lição a retirar do comportamento imprudente de Ícaro, ainda plena de significado na actualidade. Mas a mensagem deste mito antropológico é mais profunda. Por oposição à perspectiva tradicional que valoriza exclusiva e negativamente a figura de Ícaro, há que decifrar o mito a partir da dualidade, dos pólos opostos e extremos, personificados por Dédalo e Ícaro. Mircea Eliade salienta que o dualismo filosófico e outros conceitos relacionados, como a polaridade, o antagonismo e a complementaridade, têm tido uma longa história no pensamento ocidental³ e é na sua esteira que devemos interpretar este exemplo da mitologia clássica. Pelo uso complementar da imaginação e da inteligência, é também em conjunto que pai e filho desafiam duplamente os deuses e a condição humana, sendo esta última ainda dual, porque imperfeita e finita, mas com aspiração à perfeição e à infinitude. O exercício da liberdade humana e a imprevisibilidade do comportamento dela decorrente estão bem patentes nas acções opostas de Dédalo e de Ícaro. Os efeitos das mesmas são também expressos em termos antagónicos: ascensão/queda; vitória/fracasso, (preservação da) vida /morte.

Se é certo afirmar que Ícaro simboliza a desmesura do juízo e da coragem, a arrogância de todos os homens que não conhecem os limites do seu poder, não podemos esquecer que esta ficção mitológica é provavelmente um dos primeiros incitamentos culturais, na história do ocidente, à superação dos limites da condição humana, aos constrangimentos que esta lhe impõe. Seria redutor concebermos este mito como um mero ensinamento sobre as consequências nefastas da ambição desmesurada da humanidade. Dédalo representa o sucesso dessa empresa, a viabilidade desse sonho, embora saibamos, à custa de uma perda imensurável, a perda do vínculo paternal, a morte de Ícaro. Mas como afirma Walter F. Otto, esta eterna duplicidade é a «delícia e o tormento» da natureza humana.⁴

A narrativa de Dédalo e de Ícaro simboliza, tal como toda a história da mitologia clássica, não apenas os primórdios da cultura ocidental, mas acima de tudo a perpetuação de uma identidade cultural no tempo e que pode ser capturada actualmente. A este propósito, Mercia Eliade alerta-nos que as sociedades do presente não se conseguem libertar do mito e a eterna necessidade de o cumprir constitui uma faceta do comportamento mítico humano hoje em dia.

Quais os vestígios desta narrativa no mundo contemporâneo? Podemos vislumbrar um comportamento mítico na obsessão pelo sucesso e pela perfeição das sociedades ocidentais contemporâneas, e que consiste na necessidade intemporal de transcender os limites da natureza humana.⁵ Esse comportamento tem traçadas as suas raízes em Dédalo e Ícaro. É à luz deste episódio

1 Fernando Guedes, *A Viagem de Ícaro*, Lisboa, Editorial Verbo, 1960, 13

2 Pierre Grimal, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, 241

3 Mercia Eliade, *Mefistófeles e o Andrógino*, 127-129

4 Walter F. Otto, *The homeric gods – the spiritual significance of greek religion*, 241

5 Mircea Eliade, *Myth and Reality*, "Survivals and Camouflages of Myth", cap. 9

mitológico que também podemos compreender os enormes progressos científicos, em especial nas áreas das ciências da saúde. A história da medicina e, mais concretamente, os aliciantes desafios mais recentes das neurociências, levantados pela possibilidade iminente de potenciação das faculdades mentais humanas, são a melhor prova de que o mito antropológico de Dédalo e de Ícaro permanece bem vivo no imaginário do ocidente.

A potenciação neurológica consiste na capacidade de se criarem e de se administrarem certos recursos, não com um objectivo terapêutico, mas com a finalidade de se aumentarem certas capacidades humanas, como as suas funções cognitivas ou afectivas. Este é um domínio de grande investimento na investigação científica contemporânea, podendo assumir múltiplas modalidades, desde a potenciação genética, passando pela neurocirurgia, até à neurofarmacologia. No futuro, as intervenções farmacológicas poderão vir a alterar a personalidade, o humor, a cognição (como a memória e a atenção), em qualquer indivíduo, em vez de se limitarem a repor o equilíbrio no organismo, tratando por exemplo de doenças diagnosticadas. A presente reflexão circunscrever-se-á à discussão sobre as principais questões éticas levantadas pela potenciação farmacológica, nomeadamente no que diz respeito às suas possibilidades, à clarificação dos seus limites, bem como ao seu impacto no indivíduo.

A possibilidade da potenciação neural, por via farmacológica, constitui um duplo desafio à Ética. Uma das concepções de Ética colocada em causa remonta aos primórdios da filosofia, ao pensamento de Sócrates, ao consistir numa reflexão sobre o que torna uma vida autêntica. Se relembrarmos que, para Sócrates, nem todos os tipos de vida são dignos de serem vividos, sendo apenas a dedicação ao pensar que lhes confere esse valor;⁶ importa retirar as consequências dessa postura filosófica para a nossa reflexão e perguntar: se a potenciação auxiliar a concretizar o ideal socrático de vida, estará o ser humano a escolher um tipo de vida autêntico, digno?

Outra aceção de Ética, igualmente importante, consiste numa reflexão sobre os fundamentos da moralidade, e a esta também o novo cenário da potenciação lança um repto: poderá auxiliar a melhorar a vida em sociedade? E será a eventual qualidade da interacção social promovida pela potenciação, critério suficiente para decidir da sua aceitação ou condenação moral? Acresce ainda perguntar, se respondermos afirmativamente às questões anteriores, quais os princípios bioéticos que a poderão fundamentar (autonomia, beneficência, justiça...) e justificar os seus limites?

A potenciação constitui ainda um desafio claro ao Juramento de Hipócrates e, numa perspectiva mais alargada, ao Código Deontológico de todos os profissionais de saúde, por duas razões fundamentais. Por um lado, o Juramento não contempla a autonomia do paciente e este é o princípio basilar da potenciação farmacológica; por outro, o Juramento destina-se a regular uma relação estabelecida entre terapeuta e doente, com vista ao seu tratamento e cura, um contexto que a potenciação também não parece prever. Em suma, há razões fortes para afirmar que o “quadro futurista” da potenciação exige o pensar sobre a natureza e o significado da ética profissional, mais concretamente, sobre o dever de um profissional de saúde perante a eventualidade de se confrontar com a solicitação de um potenciador.

O caso imaginário da potenciação desperta uma variedade de problemas éticos. Estes desafios integram-se num novo domínio interdisciplinar de investigação, a Neuroética, sendo uma das suas preocupações principais a de reflectir sobre as questões éticas emergentes da neurociência clínica (neurociência cognitiva, psiquiatria, psicofarmacologia, cirurgia). Especificamente sobre o caso da potenciação farmacológica, urge levantar as seguintes questões neuroéticas: *qual a ética de potenciar os traços pessoais de alguém? Será eticamente legítimo e aconselhável prescrever potenciadores? O que será uma vida boa no novo horizonte neurocientífico e tecnológico?*

A reflexão sobre a eticidade da potenciação farmacológica e a consequente decisão sobre a sua (i)legitimidade, não pode ser realizada à margem da antropologia filosófica e de uma resposta prévia às questões seguintes: a manipulação e a intervenção farmacológicas, no cérebro,

6 Platão, *A Apologia de Sócrates*, 238 a

afectarão a identidade pessoal? Quais as implicações do uso dos psicofármacos na identidade? Será a neurotecnologia um potencial criador de novas identidades?

Qualquer horizonte de resposta neuroética que se proponha dependerá da concepção de identidade pessoal assumida e da avaliação do impacto da potenciação nessa mesma identidade. Em termos filosóficos, é consensual afirmar-se que a identidade pessoal é responsável pela definição de cada ser humano e pela diferenciação simultânea dos restantes, tornando-o único e insubstituível. Contudo, se desejarmos aprofundar a definição, a concordância inicial dá inevitavelmente lugar à multiplicidade de perspectivas, à disputa filosófica. Valorizar a autonomia e a criatividade pessoal como factor de individuação e de diferenciação é distinto de atribuir relevância às características mais estáveis de cada um, não apenas porque se exibem concepções divergentes de identidade pessoal, mas acima de tudo porque influenciam a resposta neuroética. A primeira constituir-se-á facilmente como o horizonte de incentivo filosófico à potenciação, enquanto a segunda, como a via do seu desaconselhamento e oposição.

Sob a influência do pensamento de Paul Ricoeur, defendemos que a identidade pessoal não está definida à partida, é temporal, construído ao longo da vida do indivíduo e na interacção com a alteridade.⁷ A identidade pessoal é fruto de uma obra plural, constituída em co-autoria e não apenas pelo próprio, como se fosse uma produção solitária. Esta construção é realizada no cruzamento de dois níveis fundamentais, o ético e o estético. A ética é essencial na constituição da nossa identidade, ao implicar uma permanente interrogação sobre os bens a que temos dedicado a nossa existência e, ao reinterpretarmos a finalidade da nossa vida, a pessoa que somos, vamos refazendo a nossa forma única e pessoal de vivermos uma vida digna. A estética é também crucial, pois a constituição da nossa identidade requer imaginação e criatividade, a projecção de mundos novos e possíveis onde possamos habitar. Como a nossa identidade se mantém sempre em aberto, a conclusão desta obra coincide com o fim da nossa vida. Permanecerá sempre um mistério por decifrar, mesmo para o próprio.⁸

O quadro imaginário da potenciação tem implicações directas na identidade, podendo afectar as capacidades, os traços psicológicos que melhor nos definem, ao nível do humor, da cognição e do relacionamento interpessoal. Tal como salienta Walter Glannon, a potenciação pode ainda alterar o modo como os outros nos identificam (ao ponto de não nos reconhecerem como os mesmos), bem como o modo como nos apreendemos interiormente durante a nossa existência.⁹ Finalmente, a potenciação poderá vir a ter o poder de, no limite, transformar, criar, apagar opcional e selectivamente a nossa memória e, por conseguinte, afectar a auto-referência e a hetero-referência ao longo do tempo. Em todas as suas dimensões, a memória é a função cognitiva mais importante para suporte da identidade pessoal.

O impacto da potenciação na identidade pessoal é profundo. Para o autor, estas são razões suficientes para objectar a potenciação, ao constituir «uma forma de intervenção que procura aumentar as capacidades cognitivas e físicas acima do nível normal de funcionamento».¹⁰ Desde que as capacidades naturais das pessoas lhes permitam atingir um nível mínimo de decência, de bem-estar nas suas vidas, Walter Glannon não encontra razões de ordem ética, moral ou médica que justifiquem a potenciação. Antes pelo contrário, o autor encontra duas razões fortes para se opor. Em primeiro, a potenciação distancia-se do objectivo principal da medicina, pois não tem em vista nem a «prevenção da doença nem a promoção da saúde».¹¹ Em segundo, a potenciação seria uma forma de eugenia positiva, o que viria introduzir uma discriminação injusta entre pessoas, nomeadamente, em certos grupos com deficiências moderadas que, apesar de alguma restrição nas

7 Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990

8 «É necessário compreender que a nossa identidade, na realidade, nos transcende.» Apesar dos progressos feitos na área da neurobiologia no sentido de compreender fenómenos complexos, como o da auto-consciência e da identidade pessoal, temos a «[...] certeza, porém, de que estamos longe, ainda, de compreender a natureza daquilo que nps constrói e nos dá a consciência da nossa identidade.» Alexandre Castro-Caldas, *Viagem ao Cérebro e a algumas das suas competências*, 173-178

9 Walter Glannon, *Bioethics and the Brain*, 112-113

10 Walter Glannon, «Genes, embryos and future people», 197

11 *Ibidem*

suas vidas, possuem vidas dignas, ou seja, com razão para serem vividas.¹² Na perspectiva de Glannon, a eugenia positiva apenas é aceitável no caso de anomalias genéticas que impeçam o prosseguimento de uma vida com dignidade, se servir para assegurar minimamente que as pessoas nascidas venham a ter uma vida normal ou próxima do normal, ao nível do funcionamento cognitivo e físico. Ora, essa situação não se verifica, se for para potenciar exclusivamente os seus traços genótipos ou fenótipos.¹³

Apesar de partilharmos com Walter Glannon a tese, segundo a qual, a potenciação tem fortes implicações na identidade pessoal, ao ponto de a poder eliminar e ser fonte de criação de outros *eus*, não consideramos constituir razão suficiente para nos opormos. Embora tal não signifique uma defesa ética da potenciação, julgamos haver uma objecção central à posição do autor e que se prende com a sua concepção de saúde.

Na verdade, a investigação crescente em novos psicofármacos que permitem aumentar a atenção, a memória, a confiança e outros aspectos do funcionamento normal da mente, exigem-nos repensar os conceitos de saúde, de doença e as suas fronteiras. Esta investigação vem no seguimento de uma tendência verificada, nas últimas décadas, de utilização de antidepressivos e de medicamentos com capacidade para reduzirem, por exemplo, a ansiedade, e com efeitos secundários reduzidos. Um aumento da tolerância a esses medicamentos, para lá do crescente “marketing” dessas medicações, conduziu a um aumento na procura de psicofármacos por pessoas que seriam consideradas saudáveis há duas décadas.¹⁴ O desejo mítico de Ícaro e de Dédalo da perfeição, de ser bem sucedido no quadro de sociedades muito competitivas e exigentes, de corresponder às expectativas sociais, de desempenhar com sucesso as suas aptidões, os papéis e estatutos atribuídos, é fonte de ansiedade e de sofrimento. Actualmente sabemos que o stress é um sintoma típico das sociedades ocidentais contemporâneas e constitui fonte de doença.¹⁵ A ténue passagem de um estado de saúde para um estado de doença está bem patente na definição actual da Organização Mundial de Saúde: *saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença.*¹⁶

É à luz desta visão holista e positiva de saúde que se deve perspectivar o problema neuroético da potenciação, e não da concepção estrita proposta por Walter Glannon, o que inviabiliza a sua objecção. Como salienta Tom Beauchamp, em *Principles of Biomedical Ethics*, é uma exigência moral que «tratemos as pessoas como seres autónomos, evitemos de lhes fazer mal, mas também que contribuamos para o seu bem-estar.»¹⁷ A vida boa é a meta da maioria dos seres humanos, um objectivo conciliável com a actividade da Medicina, dado ter como finalidade a promoção do bem-estar total do paciente. Esta é, aliás, uma das tendências da relação terapêutica nas últimas décadas. É em nome de uma concepção pessoal de vida boa que se busca, no presente, o auxílio médico. O médico começou a ser encarado como o guardião da felicidade, alguém que possui o seu segredo, as suas “chaves”, e não apenas como um profissional que procura cuidar do outro, tendo em vista o seu tratamento e a sua cura.

Apesar do código hipocrático não prever a autonomia do paciente e a conseqüente inversão dos papéis na relação terapêutica própria das sociedades contemporâneas, cremos que constitui uma fonte de inesgotável de valores e de orientações éticas para situações imprevistas futuras, como a da potenciação farmacológica. O que nos pode ensinar o Juramento sobre este novo cenário? Se relembrarmos que o código hipocrático tem como fim o benefício do paciente, sendo em nome do seu bem, em termos de efeitos positivos, que o acto médico está correcto, podemos nele vislumbrar uma via de resposta à questão da eticidade da prescrição de potenciadores. Sabemos que há uma enorme dificuldade em calcular os seus efeitos a médio e a longo-prazo, o que se torna uma razão

12 *Ibidem*

13 *Ibidem*

14 Martha Farah, «Neuroethics: the practical and the philosophical», *Trends in cognitive sciences*, 9, Abril, 2005, 34-39

15 Kirby, Gary R., Goodpaster, Jefferey R., *Thinking*, Nova Jearsey, Pearson Prentice Hall, 2007, 39-42

16 Organização Mundial de Saúde. <http://www.who.int/en/>

17 Tom Beauchamp, *Principles of Biomedical Ethics*, 197

fortíssima para não se prescreverem. Baseados numa concepção holista de saúde, sustentamos que o equilíbrio geral do organismo (homeostasia) não pode ser abalado. No limite, se a medicina se aliar inequivocamente à potenciação, sem ter em conta os seus efeitos negativos, pode tornar-se um agente promotor da doença.

Face à possibilidade da potenciação, o médico enfrenta um dilema: respeitar a autonomia do paciente, a sua proposta ou fazer prevalecer os princípios da beneficência e da não-maleficência, tendo em conta o actual desconhecimento dos efeitos secundários dos potenciadores? Avançando na problematização, podemos afirmar que a potenciação proporciona um lugar de confronto entre duas autonomias: a autonomia do paciente (princípio basilar da bioética na actualidade), mas também a autonomia do médico, a que pouca atenção se tem prestado nos dias de hoje, e que assenta na sua autoridade profissional, a qual lhe é conferida, entre outros factores, pela sua competência, pelo seu quadro de valores e pelo Juramento que fez.

Tendo em conta a dificuldade no cálculo benefícios/malefícios dos potenciadores farmacológicos, defendemos que a autonomia do médico deve ser respeitada acima de tudo e, em nome do princípio da não-maleficência ao paciente, deve ser-lhe reservada a decisão final sobre a eventual prescrição do potenciador. A relação terapêutica deve assentar no respeito pelo imperativo: «*primum non nocere*, isto é, primeiro, não fazer mal». ¹⁸ Se for respeitado este princípio, está aberto o caminho para a beneficência.

Apesar de um problema ético central da potenciação farmacológica se prender com a segurança, os seus efeitos secundários ou mesmo imprevisíveis, a argumentação filosófica não pode terminar neste nível, pois suscita inevitavelmente um conjunto de perguntas, à qual a reflexão neuroética deverá responder: e se os potenciadores farmacológicos forem seguros no futuro? Se não tiverem efeitos secundários ou indesejáveis? E se estes fármacos nos permitirem concretizar os nossos sonhos a nível de personalidade? Serão um auxílio legítimo à realização do ideal da vida autêntica, proposto por Sócrates?

Neste novo cenário, o horizonte de resposta já não pode ser fornecido pelo Juramento de Hipócrates, em virtude de circunscrever a sua linha de orientação ética e moral ao mero cálculo de benefícios e de prejuízos causados ao paciente. Se retomarmos a reflexão inicial sobre o mito antropológico de Dédalo e de Ícaro, bem como a concepção de identidade pessoal proposta, percebemos que o quadro imagético da potenciação farmacológica não pode ser desprezado, dado revelar um traço definidor da natureza humana e da identidade de cada um: o desejo de superação dos seus limites biológicos, da sua imperfeição, numa palavra, da sua finitude.

À semelhança dos defensores da potenciação, acreditamos que a espécie humana é definida, em larga medida, pela tendência de controlar e de manipular o mundo em seu redor, manifestando-se, por exemplo, na construção da linguagem, ¹⁹ na criação do fogo, na engenharia e tecnologia, na cultura. A história da espécie humana é a história dos seus feitos na procura incessante de superação dos seus condicionalismos. Como refere James Hughes, a maioria deste controlo e manipulação tem ocorrido exteriormente ao corpo humano, ²⁰ mas cabe acrescentar que a história da medicina representa a viragem dessa tendência para a interioridade humana e o ininterrupto esforço de auto-aperfeiçoamento. Como nos ensina Dédalo, se negarmos esta propensão natural para o melhoramento humano e desenvolvimento tecnológico, estaremos a negar os nossos sonhos e, com eles, a nossa identidade. O domínio da potenciação farmacológica é revelador do actual desejo humano em controlar e manipular o que lhe está vedado até ao momento, a saber, a sua evolução. Mas se Ícaro simboliza, a nível literário, o perigo dos nossos ideais, há que assumi-lo e ser cauteloso, como Dédalo, quanto à sua concretização no mundo contemporâneo.

18

Carlos Manuel de Sousa Albuquerque, Cristina Paula Ferreira de Oliveira, Saúde e Doença: Significações e Perspectivas em Mudança, 3 http://www.ipv.pt/milleniium/Milleniium25/25_27.htm

19 Alexandre Castro-Caldas, «Linguagem enquanto forma de poder», *Viagem ao Cérebro e a algumas das suas competências*, 162-164

20 Enita A. Williams, «Good, Better, Best: the quest for human enhancement», *Summary Report of an Invitational Workshop*, American Association for the advancement of Science, 1-2 Junho, 2006. www.aaas.org/spp/sfrl/projects/human_enhancement/pdfs/HESummaryReport.pdf

Se a potenciação for possível no futuro, se não tiver efeitos secundários e se for algo desejado pelos seres humanos, pode conduzir hipoteticamente um estado que designamos por *paradoxo neurofarmacológico*. Nesse estado, o ser humano será capaz de passar para um domínio *pós-humano*,²¹ porque superará os limites que a natureza lhe impôs fisicamente no nascimento, mas será simultaneamente capaz de preservar algo específico de si e que é condição da sua identidade pessoal, a saber, o sentido de si-mesmo, a consciência da sua continuidade psicológica, sendo inclusivamente capaz de resistir à passagem do estado humano ao estado pós-humano.

Apesar de assumirmos reservas quanto à eticidade desta passagem, tal como explanaremos de seguida, julgamos ter fornecido razões coerentes para a sua possibilidade ontológica, se o horizonte neurotecnológico permitir a potenciação no futuro. Por seu turno, também consideramos que esta passagem não parece desafiar, ao contrário do que sustenta Allenby, as leis da evolução natural. Faz parte da condição humana procurar sobrepor-se, através do cérebro e da mente, aos constrangimentos impostos pela natureza, a criação da cultura é o seu melhor exemplo. Contudo, mesmo que surja uma cultura da potenciação farmacológica nas gerações futuras, não se estará a manipular a evolução. «Na verdade, [...] existe alguma coisa que transcende a função neuronal, que é o resultado da interação individual e que perdura para além da vida dos indivíduos. Isso terá também sido transmitido na evolução das espécies [com sociedades organizadas] num suporte físico difícil, ou impossível, de definir.»²²

Embora consideremos, à semelhança dos defensores da potenciação farmacológica, que a identidade pessoal é uma criação temporal, onde assume particular importância a projecção no futuro, o que se deseja ser, a vida que se pretende conduzir, não significa que a apoiemos sem reservas. O debate em torno deste tema não pode ser perspectivado por posições exclusivas de total concordância ou discordância. Sem procurarmos apresentar uma resposta definitiva à difícil problemática neuroética da potenciação farmacológica, há duas críticas a esta prática que consideramos importante nos determos um pouco: a artificialidade e a inautenticidade.

Relativamente à primeira crítica, inspirados em William Safire e utilizando os termos filosóficos de 'meio' e de 'fim', defendemos que a potenciação farmacológica desvaloriza algo de fundamental na natureza humana: mais importante do que o estado final, o fim alcançado, são os meios utilizados, o percurso, o trajecto feito, o caminho percorrido pelo ser humano, o esforço que empreende, a luta que preconiza. O ser humano luta constantemente pelo auto-melhoramento, pelo aperfeiçoamento das suas virtudes (compaixão, benevolência, amor, prudência, tolerância... entre outras) e estas adquirem-se, como sustentou Aristóteles,²³ com a prática e o hábito, mas com a potenciação farmacológica, todo o esforço de auto-aprendizagem se perde, porque o fim pode ser alcançado com a simples tomada de um comprimido.

Tanto os defensores, como os opositores da potenciação farmacológica, estão de acordo em considerarem o treino, a aprendizagem uma forma de potenciação cerebral e o ensino um modo de a promover em outrem. Mas, em contraste com a nossa perspectiva, os primeiros acreditam não haver diferença relevante, do ponto de vista ético, entre uma potenciação natural e uma artificial. Gazzaniga preconiza esta posição, justificando que apenas temos reservas em relação à potenciação farmacológica, por «pensarmos que é uma forma de batota».²⁴ A objecção é pertinente, ao centrar-se na distribuição justa dos recursos. De facto, se nem todos têm acesso aos mesmos, então é injusto o meio como alcançamos o fim desejado. Contudo, o autor opõe-se a este contra-argumento,²⁵ desenvolvendo o raciocínio seguinte: as pessoas não nascem com capacidades iguais, por exemplo, ao nível da memória ou na rapidez da aprendizagem, o que tem repercussões evidentes no seu desempenho, quando em competição. Não tem coerência afirmar que tal diferenciação é ofensiva ou

21 Francis Fukuyama, *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Livros Quetzal, 2002

22 Alexandre Castro-Caldas, *Viagem ao Cérebro e a algumas das suas competências*, 174

23 Aristóteles, *Nicomachean Ethics*, II, 1, 1 103

24 Michael Gazzaniga, *The Ethical Brain*, 72

25 «It's okay to review vocabulary cards, rehearse lines in a play, or repeat lists of facts for a history class. But popping a pill and mastering the information after having read it only once seems like cheating.» Para o autor, conclui «when you think about it, this makes no sense.» Michael Gazzaniga, *Op. Cit.*, 73

injusta, é simplesmente natural.²⁶ Se o recurso à inteligência e à criatividade nos permitir contornar esta aparente fatalidade, eis o que *deveremos* fazer.²⁷

A argumentação de Gazzaniga centra-se na defesa dos fins alcançados, através do recurso a meios mais simples que os naturais, como a tomada de um fármaco. Esquece-se, porém, que a potenciação farmacológica é fonte de criação de uma nova dependência humana, em virtude dos estados mentais desejados só poderem ser alcançados através de meios artificiais. A valorização da autonomia, característica dos defensores da potenciação, é apenas aparente. Se os artifícios faltarem, apenas restará um ser humano frágil e dependente, incapaz de recorrer a outras alternativas que lhe permitam atingir a meta desejada. Pelo contrário, a potenciação natural é verdadeiramente capaz de providenciar a autonomia e a auto-confiança em cada ser humano, em virtude de não implicar o recurso a factores exteriores ao próprio.

A potenciação farmacológica pode também conduzir à alienação e à inautenticidade, na acepção de Charles Taylor, pois pode implicar a criação de uma realidade mental artificial, na qual passamos a viver, mas que corremos o risco de mais ninguém poder partilhar. Como sustenta o autor, a autenticidade implica escolher uma vida e um modo de ser próprios, mas a “orientação” pessoal não é exclusivamente auto-referencial. Só encontraremos uma auto-realização genuína em bens que têm significado independente dos desejos pessoais. A autenticidade implica a capacidade de experienciar um sentimento de existência, um sentimento que nos liga ao todo, um sentimento de pertença ao Mundo.²⁸ A potenciação farmacológica pode afastar-nos do caminho da autenticidade, ao possibilitar-nos uma vivência sem conexão com a realidade concreta e tornar-nos eventualmente incapazes de experienciar, de modo natural, o que o meio nos desperta.

Longe de ambicionarmos formular uma posição definitiva perante problemas éticos tão complexos, como os suscitados pela potenciação farmacológica, procurámos antes compreender esta (im)possibilidade neurotecnológica à luz da mitologia clássica, salientando a perenidade dos sonhos humanos e a persistência de uma identidade civilizacional ao longo dos tempos. A Estética tem o poder de inspirar a Ciência e é, em larga medida, pela sua capacidade de inovar no tempo, de criar novos horizontes à investigação e à tecnologia, que faz surgir os desafios éticos. No cenário da potenciação farmacológica, a provocação ética é absoluta, porque confere a cada ser humano a possibilidade de alterar profundamente a sua identidade. Avaliámos o impacto deste novo cenário na relação terapêutica e, num âmbito mais alargado, na prossecução da vida digna proposta por Sócrates e Charles Taylor. Explorámos, a nosso ver, as duas objecções filosoficamente mais significativas à potenciação, a artificialidade e a inautenticidade. Se, no futuro, conseguirmos rebatê-las, continuará a fazer sentido o ensinamento de Dédalo e poderemos assumir, embora de modo prudente, a máxima inspiradora de Salvador Dalí: *Não tenhas medo da perfeição. Nunca a irás alcançar.*²⁹

BIBLIOGRAFIA

26 «Todos nós temos conhecimento dessas pessoas e ninguém fica ofendido com as suas capacidades. Há algo nos seus cérebros que lhes permite isso.» Michael Gazzaniga, *Op. Cit.*, 73

27 *Ibidem*. «In my opinion, it is exactly what we *should* do.»

28 Charles Taylor, *The Ethics of Authenticity*, 39

29 Na elaboração do presente artigo estamos muito gratos ao Instituto de Ciências da Saúde onde todo este trabalho se desenvolveu e, em particular, ao Grupo de Neurociências Cognitivas da Universidade Católica de Lisboa que, coordenado pelo Senhor Professor Alexandre Castro-Caldas, nos estimula a melhorarmos constantemente a nossa investigação. Agradecemos, e em especial, as contribuições da Professora Doutora Ana Mineiro e da Mestre Maria Vânia Nunes. A gratidão final devemos à Senhora Professora Cristina Beckert da FLUL e ao Senhor Professor Carlos João Correia, que com o seu espírito crítico e filosófico, nos permitem ir sempre mais além.

- ARISTÓTELES, *The Nicomachean Ethics*, trad. M.A.H.Rackham, Londres: William Heinemann Ltd, 1963
- BEAUCHAMP, Tom L., CHILDRESS, James F. *Principles of Biomedical Ethics*, Nova Iorque/Oxford, Oxford University Press, 2009, 6ª ed.
- CASTRO-CALDAS, Alexandre, *Viagem ao Cérebro e a algumas das suas competências*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2008
- DEES, Richard H., «Cosmetic Neurology: the controversy over enhancing movement, mentation and mood», *Neurology*, Abril, 2005
- ELIADE, Mercia, *Mefistófeles e o Andrógino*, São Paulo, Martins Fontes, 1991
- ELIADE, Mercia, *Myth and Reality*, Nova Iorque, Harper & Row Publishers, 1963
- FARAH, Martha, «Neuroethics: the practical and the philosophical», *Trends in cognitive sciences*, vol9, nº 1, Janeiro, 2005
- FUKUYAMA, Francis, *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Livros Quetzal, 2002
- GAZZANIGA, Michael S., *The Ethical Brain. The Science of Our Moral Dilemmas*, Nova Iorque, Harper Perennial, 2005
- GLANNON, Walter, *Bioethics and the Brain*, Oxford, Oxford University Press, 2007
- GLANNON, Walter, «Genes, embryos and future people», *Bioethics*, vol.12, nº 3, 1998
- GRIMAL, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Difel, 1992
- GUEDES, Fernando, *A Viagem de Ícaro*, Lisboa, Editorial Verbo, 1960
- KIRBY, Gary R., GOODPASTER, Jefferey R., *Thinking*, Nova Jearsey, Pearson Prentice Hall, 2007
- OTTO, Walter F., *The homeric gods – the spiritual significance of greek religion*, Londres, Thames and Hudson, s.d.,
- PLATÃO, *A Apologia de Sócrates*, 238 a trad. José Trindade dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992
- RICOEUR, Paul, *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990
- TAYLOR, Charles, *The Ethics of Authenticity*, Cambridge, Massachusetts e Londres, Harvard University Press, 1991
- WOLPE, Paul Root, «the neuroscience revolution», *hastings center report*, junho-julho, 2002